



Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

ANO 22 Nº 10
Outubro de 2013

Preços dos combustíveis e inflação

A Petrobras pratica, declaradamente, uma política de preços que visa não reproduzir, no mercado doméstico de combustíveis, a volatilidade dos preços do petróleo e derivados nos mercados internacionais. Em princípio, essa orientação poderia ter resultados neutros para a rentabilidade da empresa. Eventuais perdas decorrentes de um aumento do preço do petróleo não repassado para os preços internos dos combustíveis seriam apenas temporárias, caso fossem compensadas por ganhos que ocorreriam quando as reduções do preço do petróleo também não fossem repassadas aos preços domésticos.

Os dados disponíveis mostram que a Petrobras, de fato, tem mantido relativa estabilidade dos preços domésticos, em meio à grande volatilidade nos mercados internacionais. Mas a política não tem sido neutra do ponto de vista da rentabilidade, uma vez que a tendência dos preços do petróleo não tem sido acompanhada na mesma intensidade pelos preços dos derivados. Entre dezembro de 2009 e dezembro de 2012, o preço do petróleo no mercado internacional, em termos de moeda doméstica, cresceu 58,59%. No mesmo período, os preços ao produtor dos derivados de petróleo cresceram apenas 16,96%, enquanto os preços dos combustíveis ao consumidor cresceram apenas 8,62%. O gráfico mostra que esse resultado se deve ao que ocorreu ao longo de 2010 e 2011.

Esses números sugerem, portanto, que houve uma importante contribuição da política de preços da Petrobras para o controle da inflação no Brasil. O peso do componente combustíveis no cálculo do IPCA é de aproximadamente 5%, mas o impacto desse item para a inflação oficial é certamente bem maior, porque influencia indiretamente diversos outros itens, via custos de transporte. Apesar da enorme importância que, em geral, se atribui ao controle da inflação no Brasil, esse ponto é pouco observado, e não faltam críticos à política de preços da Petrobras. Argumenta-se que ela inibe os investimentos privados na atividade de refino, visto que o repasse incompleto dos preços do petróleo para os preços dos derivados implica redução da rentabilidade da atividade.

De fato, as informações disponíveis mostram que, entre 2010 e 2012, houve importante e contínua redução da rentabilidade da Petrobras. Em 2009, a empresa registrou margem líquida (razão entre o lucro líquido e a receita líquida) de 21,9%, e, em 2012, essa margem havia caído para 7,5%. Outros indicadores de rentabilidade disponíveis na publicação **Valor 1000** apontam para essa mesma tendência no período.

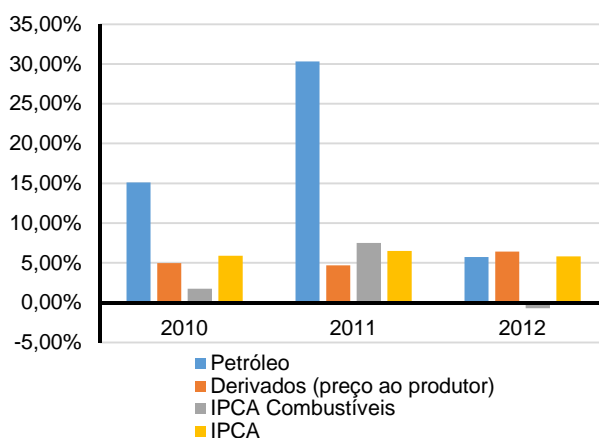
Ainda que não se possa atribuir essa redução da rentabilidade exclusivamente à política de preços, é

bastante razoável deduzir que ela contribui decisivamente para o resultado. O aumento do preço do petróleo significa um aumento do custo da matéria-prima utilizada na atividade de refino. O repasse incompleto do aumento de custos aos preços implica que a receita cresce menos que proporcionalmente, comprimindo a margem de lucro.

Independentemente de críticas ou aprovações a essa prática, que, no fundo, parecem decorrer da maior ou menor importância que se atribua ao controle público de um recurso estratégico como o petróleo, a questão é fundamental, porque permite apontar para o modo pelo qual os choques inflacionários e a sua propagação para os demais preços estão relacionados com os conflitos materiais de interesses que permeiam a sociedade. Se a Petrobras tivesse defendido rigidamente sua margem de lucro no período analisado, os preços dos combustíveis e demais derivados do petróleo teriam acompanhado a tendência dos preços internacionais. Nesse caso, a inflação teria sido maior do que foi de fato.

Dado que a margem de lucro da Petrobras não pode cair indefinidamente, a política de preços praticada pela empresa pode estar chegando ao seu limite. Sendo assim, pode-se cogitar que novas desvalorizações cambiais e/ou novos aumentos dos preços do petróleo em dólares terão impacto inflacionário maior do que tiveram no passado recente, pois terão de ser repassados, com maior intensidade, aos preços domésticos.

Taxas de variação anual dos preços de petróleo, derivados, componente combustíveis do IPCA e IPCA no Brasil — 2010-12



FONTE: FMI, IBGE, BCB.

NOTA: O preço do petróleo em dólar foi convertido pela taxa nominal de câmbio.

Fernando Maccari Lara
Economista, Pesquisador da FEE

A recuperação por trás do PIB

Os resultados do PIB no segundo trimestre, tanto na economia brasileira como no RS, confirmam a recuperação do nível de atividade em curso este ano e desautorizam as projeções excessivamente pessimistas que têm prevalecido desde meados do ano passado. No Brasil, o PIB cresceu 1,5% no segundo trimestre (em relação ao trimestre imediatamente anterior, na série com ajuste sazonal), o que equivale a um ritmo anualizado de cerca de 6,0%. No RS, o PIB cresceu 6,4% na mesma base de comparação. Em relação ao mesmo período do ano anterior, as taxas de crescimento foram de 3,3% e 15,0%, no Brasil e no RS. Ainda que estes resultados tenham sido inflados pela boa safra agrícola, a expansão não esteve restrita a esta atividade. Por certo, o impacto deste evento nos resultados dos próximos trimestres será menor, o que deve resultar em uma desaceleração no crescimento, principalmente no RS. Contudo, o processo de recuperação tende a prosseguir, ainda que em ritmo mais moderado.

Em nível nacional, o crescimento de 3,3% no segundo trimestre ajudou a compensar o desempenho decepcionante do primeiro trimestre (expansão de 1,9% em relação ao mesmo período do ano anterior). No acumulado do ano, a taxa de crescimento é de 2,6%. As mudanças na dinâmica setorial entre um trimestre e outro, contudo, foram importantes. Pelo lado da oferta, a indústria de transformação cresceu 4,6% no segundo trimestre, interrompendo uma sequência de sete trimestres consecutivos de quedas. A construção civil registrou crescimento de 4,0%, após queda de 1,3% no primeiro trimestre. Nos serviços, as atividades de comércio e transportes mostraram recuperação, com expansões de 3,5% e 2,7% no segundo semestre, após terem registrado desempenho pífio no primeiro. Por fim, mas não menos importante, entre os componentes da demanda, a formação bruta de capital fixo registrou dois trimestres consecutivos de alta, de 3,0% no primeiro trimestre e 9,0% no segundo, recuperando-se da queda observada ao longo de todo o ano passado. Esta reversão reflete, de um lado, o esgotamento de um longo ciclo de estoques e capacidade ociosa, gerado na estagnação de 2011/2012, e, de outro, os incentivos governamentais para a ampliação dos investimentos, sobretudo as taxas atrativas do BNDES.

Deve ser acrescentado, também, que o resultado do primeiro semestre como um todo foi influenciado negativamente pela interrupção, para manutenção, nas plataformas da Petrobras. Este evento se refletiu, pelo lado da oferta, em queda de 6,6% da produção da indústria extrativa no primeiro trimestre. Embora a recuperação desta atividade já tenha iniciado no segundo trimestre, com crescimento de 1,0% em relação ao primeiro, na série com ajuste sazonal, ainda há queda de 5,6% no acumulado do ano. Pelo lado da demanda, a redução da produção de petróleo também contribuiu para a queda de 5,7% das exportações no primeiro trimestre. A continuidade do processo de normalização das atividades da Petrobras nos próximos trimestres deve reforçar, portanto, o processo de recuperação, podendo compensar a redução esperada da contribuição da agropecuária nos próximos trimestres.

Na economia gaúcha, a recuperação da safra da soja foi, evidentemente, a grande responsável pelo crescimento de 15,0% entre o segundo trimestre e o seu equivalente no ano

anterior, acumulando no ano uma expansão de 8,9%. Porém, percebe-se que a recuperação da economia gaúcha não ficou restrita à produção de soja e atividades relacionadas. Tal como na economia brasileira, ocorreram mudanças importantes na dinâmica setorial entre o primeiro e o segundo trimestres: a indústria de transformação cresceu 4,6%, após ter registrado queda de 0,8% no primeiro trimestre; a construção civil cresceu 4,0%, após ter registrado queda de 0,3%; e os serviços aceleraram o ritmo de crescimento, de 2,1% para 3,4%.

É verdade que uma parte da recuperação da indústria de transformação também esteve relacionada com a boa safra agrícola. A atividade de máquinas e equipamentos, na qual o segmento de máquinas agrícolas é um dos mais relevantes, apresentou crescimento de 11,5%. Porém, também deve ser notado que a produção de máquinas agrícolas não se destina exclusivamente ao RS (parte é exportada para o resto do mundo e parte para o restante do país). Ademais, excluindo-se estes bens, a produção da indústria ainda crescerá 4,1%. Por outro lado, os produtos alimentícios cresceram 4,8% no segundo trimestre, mas ainda apresentam queda de 0,2% no acumulado do ano. Como o resultado da safra se reflete com alguma defasagem nesta atividade, a expectativa é de continuidade do crescimento da indústria gaúcha nos próximos trimestres.

Para muitos analistas, o crescimento da indústria no segundo trimestre foi excessivo, levando ao acúmulo de estoques, especialmente em nível nacional. Esse movimento ajuda a explicar as oscilações mensais nesta atividade e pode, de fato, provocar uma desaceleração no próximo trimestre. Os indicadores de consumo e renda, contudo, mostram recuperação. Neste sentido, mesmo na hipótese de desaceleração ou queda da produção industrial nos próximos meses, as perspectivas para o terceiro trimestre e, principalmente, para o final ano, ainda são positivas. Não será surpresa se o crescimento do PIB superar a expectativa de 2,5% na economia brasileira e 6,0% no RS.

Produto Interno Bruto no Brasil e no RS — 1º trim./13 e 2º trim./13

DISCRIMINAÇÃO	BRASIL		RS	
	1º Trim./13	2º Trim./13	1º Trim./13	2º Trim./13
PIB	1,9	3,3	2,6	15,0
Agropecuária	17,0	13,0	10,4	111,7
Indústria	-1,4	2,8	-0,8	3,9
Transformação	-0,7	4,6	-0,8	4,6
Construção civil	-1,3	4,0	-0,3	4,0
Serviços	1,9	2,4	2,1	3,4
Comércio	1,2	3,5	3,2	2,5
Transportes	0,3	2,7	-0,4	8,5

FONTE: IBGE/CNT.

NOTA: Variação percentual em relação ao mesmo período do ano anterior.

Cecília R. Hoff
Economista, Pesquisadora da FEE

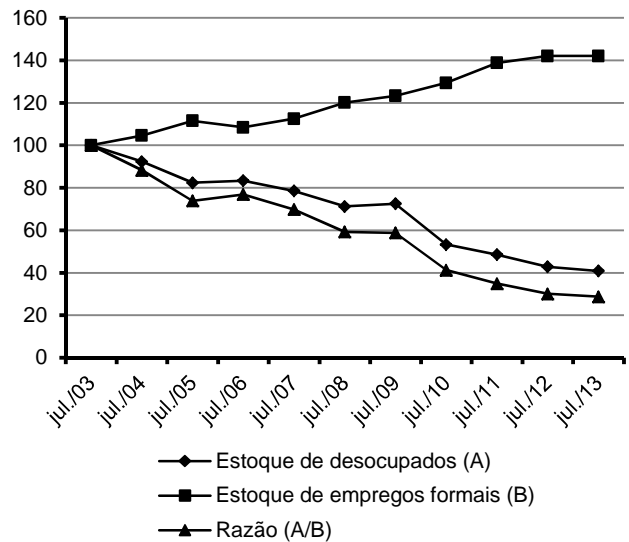
RMPA: com menor desemprego da série, emprego formal fica estagnado em julho

Sinais de arrefecimento da geração de empregos formais vêm sendo assinalados, no País, ao longo de 2013, sem, contudo, configurar tendência clara. Evidências de desaceleração fazem-se sentir na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), que, em julho último, atingiu uma marca simbólica: a variação do número de ocupados com registro foi, precisamente, zero. Sempre na comparação com igual mês do ano anterior, esse resultado decorreu da perda de 12 mil postos de trabalho no setor público, a qual neutralizou a geração de idêntico número de vagas com carteira assinada no setor privado da Região. As demais posições na ocupação (empregados sem carteira, conta própria, etc.) tiveram pequena retração (também, coincidentemente, de 12 mil postos), o que fez com que o contingente ocupado total, no mercado metropolitano, decrescesse 0,7% — o primeiro resultado negativo, para um mês de julho, desde 2006. Ainda assim, a taxa de desemprego em julho último (6,7%) foi a mais baixa da série (iniciada em 1993) para o mês, uma vez que a população economicamente ativa (PEA) passou por um encolhimento, nos últimos 12 meses, de 18 mil trabalhadores. Retirou-se, assim, do mercado de trabalho um contingente 50% superior ao total de postos de trabalho eliminados no período, e essa diferença equivaleu a um “alívio” de 6 mil indivíduos no universo de desocupados.

Esses movimentos de curto prazo devem ser referidos às transformações de maior alcance temporal. No gráfico, constata-se que, nos últimos 10 anos, o contingente formalmente empregado na RMPA apresenta clara tendência de elevação, o inverso ocorrendo com o número de desempregados. A razão entre as duas variáveis tem um declínio acentuado e sistemático. A par de um crescimento de

mais de 40% no número de postos com registro, é decisiva, para esse resultado, a perda de impulso nas taxas de crescimento da PEA. O desafio da geração de empregos, por certo, persiste, mas comporta um redimensionamento e o reforço de uma agenda de cunho qualitativo.

Índices dos contingentes de desempregados, de empregados formais e da razão entre ambos, na RMPA — jul./03-jul./2013



FONTE: PED-RMPA.

NOTA: os índices têm como base jul./03 = 100.

Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho
Sociólogo, Pesquisador da FEE

Safra gaúcha recupera perdas anteriores

Ao longo de todo o ciclo produtivo da safra de verão 2012/2013 no Rio Grande do Sul, torcia-se por um resultado semelhante ao recorde obtido na safra de 2010/2011, ou, ao menos, pela recuperação das perdas do ano passado. As informações definitivas fornecidas pela Conab em setembro apontam para um resultado que, em parte, atende a essa expectativa. A produção gaúcha de grãos mostrou-se 35,3% maior que a safra anterior, apesar de ser 1,9% menor do que a safra recorde, de 28.826 mil toneladas.

A análise comparativa entre os resultados de produção para os três principais grãos — arroz, milho e soja — na safra 2012/2013 e os patamares obtidos na safra recorde mostram que apenas a soja superou a marca anterior, registrando um significativo crescimento de 7,9%, o que ultrapassa largamente os 12 milhões de toneladas.

Com relação à safra passada, os aumentos de produção verificados para o milho e a soja, da ordem de 61,1% e 92,1%, respectivamente, revelam a forte recuperação das perdas ocorridas. Merece destaque o desempenho com o cultivo de milho, que, com uma área 7,2% menor, mostrou uma variação de produtividade 73,6% maior, similar à apresentada pela soja (74,5%), cuja área sofreu um incremento de 10%.

Enquanto a lavoura gaúcha de grãos retoma seu curso, o desempenho na produção brasileira supera os resultados da safra anterior. Com um crescimento de 12,6% no volume de grãos, o Brasil registra um novo patamar, com mais de 187 milhões de toneladas, um importante recorde para os produtores nacionais.

Área cultivada, produção física e produtividade de grãos selecionados para as safras 2011/2012 e 2012/2013, no RS e no Brasil — 2011-13

PRODUTO/ SAFRA	ÁREA (1.000ha)			PRODUÇÃO (1.000t)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)		
	2011/12	2012/13	Variação (%)	2011/12	2012/13	Variação (%)	2011/12	2012/13	Variação (%)
Arroz	1.053,0	1.066,6	1,3	7.739,6	7.933,4	2,5	7.350	7.438	1,2
Feijão	81,3	71,2	-12,4	94,1	94,7	0,6	1.157	1.330	14,9
Milho	1.113,5	1.033,3	-7,2	3.342,7	5.383,5	61,1	3.002	5.210	73,6
Soja	4.197,2	4.618,6	10,0	6.526,6	12.534,9	92,1	1.555	2.714	74,5
RS (1)	7.577,2	7.981,4	5,3	20.888,8	28.269,4	35,3	2.757	3.542	28,5
BRASIL (1) ..	50.885,2	3.341,5	4,8	166.198,2	187.093,8	12,6	3.266	3.507	7,4

FONTE: Conab.

(1) Inclui caroço de algodão, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale.

Elvin Maria Fauth
Economista, Pesquisadora da FEE

Tabela 1

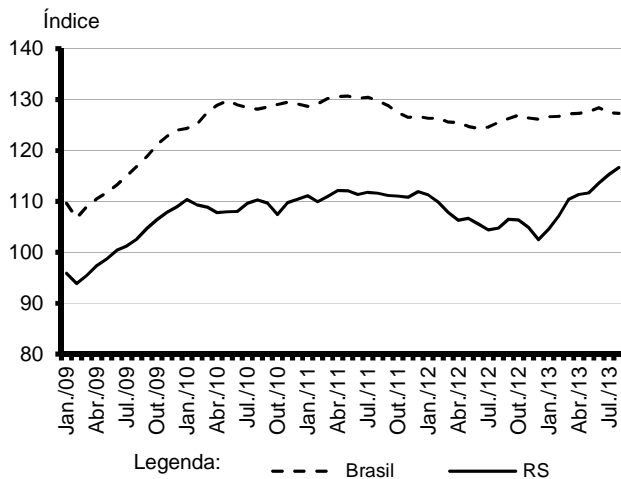
Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — mar.-ago./13

MESES	IPCA			IGP-M		
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses
Mar/13	0,47	1,94	6,59	0,21	0,84	8,05
Abr/13	0,55	2,50	6,49	0,15	0,99	7,30
Mai/13	0,37	2,88	6,50	0,00	0,99	6,22
Jun/13	0,26	3,15	6,70	0,75	1,75	6,31
Jul/13	0,03	3,18	6,27	0,26	2,02	5,18
Ago/13	0,24	3,43	6,09	0,15	2,17	3,85

FONTE: IBGE.
Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

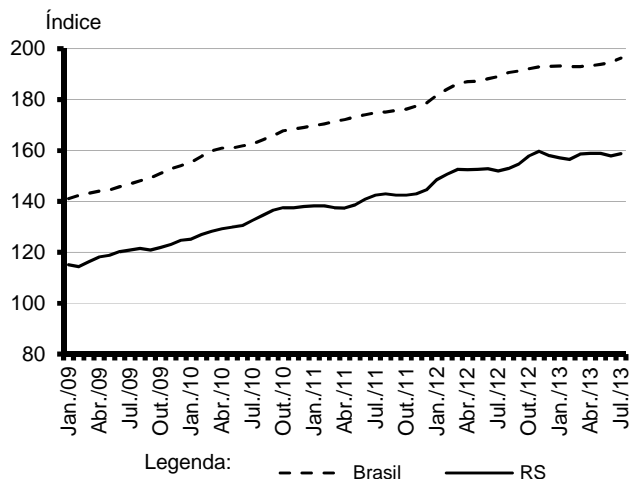
Produção física industrial no Brasil e no
Rio Grande do Sul — jan./09-jul./13



FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.
NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil
e no Rio Grande do Sul — jan./09-jul./13



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.
NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — mar.-ago./13

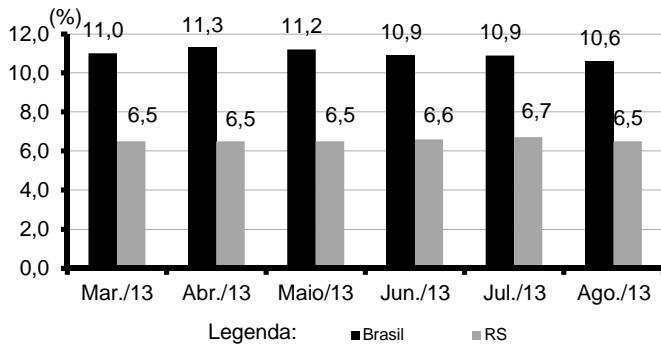
INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Mar./13	Abr./13	Mai/13	Jun./13	Jul./13	Ago./13		
Taxa de câmbio (US\$) (2)	1,98	2,00	2,03	2,17	2,25	2,34	2,10	2,08
Taxa de câmbio efetiva real (3)	83,0	83,5	84,6	90,0	93,8	98,4	88,0	88,0
Taxa básica de juros (% a.a.) (4)	7,25	7,50	8,00	8,00	8,50	9,00	7,84	7,67
Superávit primário (% do PIB)	-1,0	-2,7	-1,4	-1,3	-0,6	0,1	-1,7	-1,8
Balança comercial (US\$ milhões)	163	-995	758	2.301	-1.898	1.226	-3.764	2.499
Exportações (US\$ milhões)	19.320	20.631	21.822	21.134	20.807	21.424	156.655	238.637
Importações (US\$ milhões)	-19.157	-21.626	-21.064	-18.833	-22.704	-20.199	-160.419	-236.138
Transações correntes (US\$ milhões)	-6.862	-8.300	-6.388	-3.929	-9.018	-5.505	-57.952	-80.642

FONTE: Banco Central do Brasil.
(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

Carta de Conjuntura - Ano 21 nº 06

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Brasil e no Rio Grande do Sul — mar.-ago./13



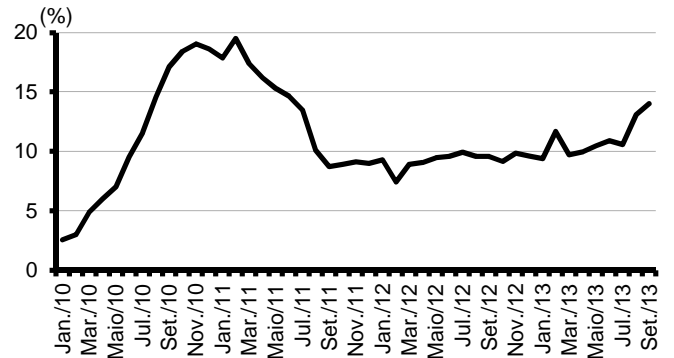
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. Brasil corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e o Distrito Federal.

2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-set./13



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

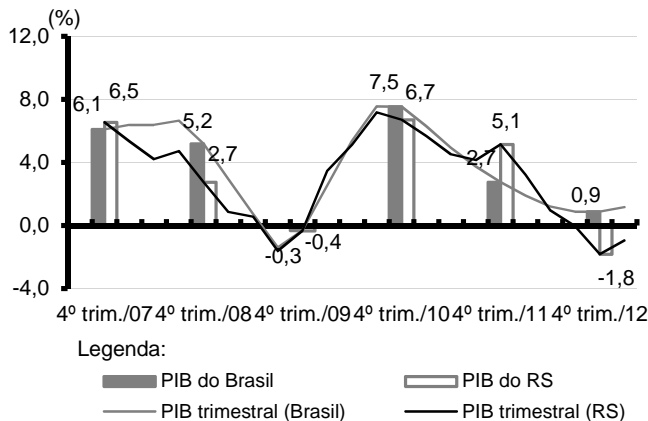
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — mar.-ago./13

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Mar/13	3.530	50.837	6,9	-7,2	-7,7	-10,8	-4,2	4,1	-3,6
Abr/13	5.262	71.468	7,4	3,1	-4,3	-0,3	-0,3	3,5	-4,0
Mai/13	7.529	93.290	8,1	10,9	-4,7	8,2	-0,2	2,8	-4,4
Jun/13	11.150	114.424	9,7	30,9	-2,4	10,3	3,6	15,4	-5,5
Jul/13	13.026	135.231	9,6	26,6	-2,2	9,5	3,6	13,2	-5,4
Ago/13	15.393	156.655	9,8	27,0	-2,5	12,9	3,6	11,2	-5,6

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

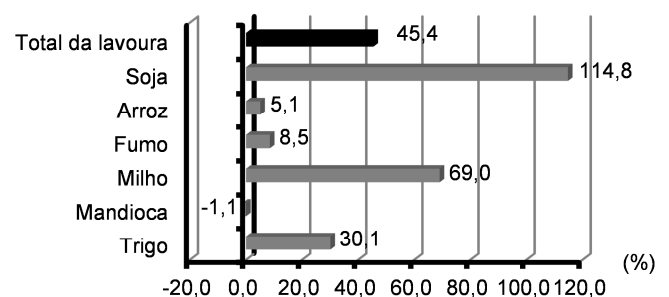
Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 4º trim./07-1º trim./13



FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NIS.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — ago./13



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NIS.

Relações entre tipo de parto, mortalidade infantil e baixo peso ao nascer no RS

Nas últimas décadas, houve um aumento substancial no percentual de nascimentos por parto cesáreo. Enquanto, em 1994, esses partos representavam 39,0%, em 2011, esse percentual elevou-se para 60,3% do total (excluindo-se os nascimentos com tipo de parto ignorado). Ou seja, nesse período houve uma completa inversão na relação entre partos naturais e cesáreos, que pode ter influenciado tanto o aumento da Razão de Baixo Peso ao Nascer (RBPN — proporção de nascidos vivos com menos de 2.500 gramas), quanto a diminuição da Taxa de Mortalidade Infantil (TMI).

Verifica-se que, no Estado, existe uma elevação na frequência de baixo peso ao nascer. Esse fato, associado à elevação do número de partos cesáreos no período, pode explicar a elevação da RBPN, visto que essa razão entre nascidos por parto natural permaneceu estável no período.

Contudo, no que diz respeito à frequência de óbito infantil, percebe-se um menor percentual entre os nascidos por parto cesáreo. Dado que ambas as TMI (por partos cesáreos e naturais) vem caindo, a elevação do número de partos cesáreos pode ter acelerado a redução da TMI de 2004 a 2011.

São frequentes as referências a piores condições de renda e saúde entre pessoas nascidas por parto natural, o que contribui para explicar a maior frequência de mortalidade infantil nesse tipo de parto. Por outro lado, também é frequente a associação entre a elevação da quantidade de crianças nascendo com baixo peso e a disseminação do parto cesáreo, o que é corroborado pelas estatísticas. Contudo, como contraponto, e à luz fria dos dados, essa disseminação pode estar associada à aceleração

da redução da mortalidade infantil no período de 2004 a 2011 no Rio Grande do Sul.

Nascidos vivos, Taxa de Mortalidade Infantil e Razão de Baixo Peso ao Nascer, por tipo de parto, no RS — 2004 e 2011

INDICADORES	2004	2011
Parto natural ou cesáreo		
Nascidos vivos (pessoas)	152.956	137.691
TMI (por mil)	14,6	11,4
RBPN (%)	9,3	9,5
Parto natural		
Nascidos vivos (%)	52,8	39,7
TMI (por mil)	15,7	12,3
RBPN (%)	8,5	8,7
Parto cesáreo		
Nascidos vivos (%)	47,2	60,3
TMI (por mil)	13,3	10,8
RBPN (%)	10,2	10,0

FONTE: Ministério da Saúde/SVS/DASIS — Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

NOTA: 1. Estatísticas calculadas ignorando-se as informações para as quais não se pode determinar o tipo de parto.

2. Limitou-se o período de análise a 2004-11, pois as informações de óbitos de menores de um ano anteriores a 2004 possuem uma quantidade demasiadamente grande de registros em que não se pode identificar o tipo de parto, não permitindo, assim, que sejam ignorados.

Rafael Bernardini Santos
Estatístico, Pesquisador da FEE

As internações por agressão no Rio Grande do Sul entre 1998 e 2012

Ao se considerarem as internações hospitalares no SUS, no Rio Grande do Sul, tendo como causas as agressões externas definidas de acordo com a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10) no período de 1998 a 2012, verifica-se que a média de internações é de 2.403 casos por ano, com um auge de 2.731 casos em 2004, e um mínimo de 1.978 casos em 2008. O aumento do número de casos após 2008 é bastante significativo, em um movimento de volta aos níveis anteriores. No entanto, parece haver uma mudança nessa tendência de aumento a partir de 2011, quando o número de casos de internações por agressão passa de 2.620 em 2010 para 2.354 em 2012.

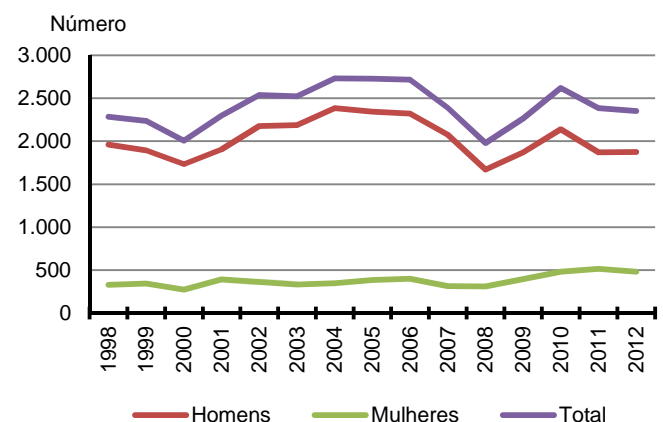
Até 2010, a participação das mulheres nas internações por agressão não chegou a um quinto do total, representando, em média, 14,9% dos casos de internação. A partir de 2011, observa-se um importante aumento da frequência feminina nas internações por agressão: em 2011, 21,6% dessas internações são de mulheres, e, em 2012, 20,4%, o que pode estar indicando a configuração de uma tendência de aumento da participação feminina no total das internações.

Ao se considerar a distribuição dos casos de internação em uma linha de tempo, o movimento do total de internações é bastante similar às internações masculinas, devido a sua maior participação no total. As internações por agressões decorrentes de disparo de arma de fogo, principal causa de internação, são responsáveis por mais de um terço do total de internações por agressão no período, em média. Com efeito, a frequência de mulheres nesse tipo de internação situou-se, em média, em apenas 8,4% no período, o que contribui para

explicar a baixa participação das internações femininas no total.

Esse conjunto de indicadores aponta a existência de “tipos” diferenciados de situações de violência conforme o sexo das vítimas, o que confirma a necessidade de políticas de combate à violência com enfoque de gênero.

Internações por agressão, segundo o sexo e total, no RS — 1998-2012



FONTE: DATASUS.

NOTA: A partir da situação da base de dados nacional em 06.05.13. Dados de 2012 sujeitos a retificação.

Gabriele dos Anjos
Doutora em Sociologia, Pesquisadora da FEE

Origem dos insumos e destino das vendas da indústria gaúcha em 2008

No próximo ano, a Fundação de Economia e Estatística divulgará a Matriz de Insumo-Produto de 2008 do Rio Grande do Sul. Esse trabalho dará continuidade às outras duas matrizes do Estado já feitas — 1998 e 2003. A escolha pelo ano de 2008 deu-se em função de este respeitar dois requisitos: ajuste das contas regionais do RS às nacionais e pelo fato de ser um ano sem a incidência de crises que pudessem alterar substancialmente as interpretações econômicas do período. Contudo, nesses estudos busca-se analisar resultados estruturais, que não se alteram tanto de um ano para o outro.

Mesmo antes da divulgação final, algumas informações preliminares da Matriz podem ser utilizadas, com parcimônia, para o entendimento da economia gaúcha. Dentre elas, este texto tratará de duas: a origem dos insumos da indústria e o destino dos seus produtos, classificando-os entre Rio Grande do Sul, resto do Brasil e resto do mundo.

Setores que demandam uma proporção maior de insumos gaúchos impulsionam mais os outros setores do RS, quando deparados com um aumento da demanda por seus produtos, já que uma parcela maior da sua demanda por insumos ficará no Estado. Já setores que vendem mais para o resto do Brasil e do mundo estão menos suscetíveis a crises internas à economia do Estado.

Em 2008, 59% dos insumos utilizados pela indústria de transformação gaúcha foram originários do próprio RS; 24% vieram do resto do Brasil, e 17% vieram do resto do mundo.

A atividade que mais consumiu proporcionalmente insumos internos é a “fabricação de resinas e elastômeros” (86%). Essa atividade é chamada de segunda geração do polo petroquímico gaúcho, tendo como insumos principais produtos do próprio polo.

As outras atividades que apresentaram um alto grau de consumo de insumos internos foram “produtos do fumo”, “artefatos de couro e calçados” e “alimentos e bebidas”, todos eles consumindo mais do que 79% de insumos internos. Essas atividades são marcadas por terem como insumo principal produtos da agropecuária gaúcha, o que explica este fato.

Entre as atividades representativas da economia gaúcha que tiveram uma proporção menor de insumos regionais estão “fabricação de aços e derivados” e “refino de petróleo e gás, álcool e produtos químicos”. O primeiro é explicado

por sua matéria-prima principal ser o aço vindo das siderúrgicas do resto do País. Já o resultado do segundo é fortemente impactado pelo refino de petróleo. Como o Estado não extrai petróleo, todo esse insumo é importado. Além disso, essa atividade é a que mais importa insumos do resto do mundo (41%). Segundos dados da Agência Nacional do Petróleo, em 2008 a Refinaria Alberto Pasqualini (Refap) foi, dentre todas do País, a que processou a maior quantidade de petróleo importado do exterior, o que representou 64% do seu volume processado.

Já os destinos das vendas dos setores da transformação gaúcha apresentaram-se mais heterogêneos. Em 2008, 49% das vendas da transformação tiveram como destino o RS; 37%, o resto do Brasil; e 13%, o resto do mundo.

Dentre os setores que tiveram uma maior parcela das vendas direcionada para o mercado gaúcho, destaca-se o setor de “refino de petróleo e gás, álcool e produtos químicos”, com 79% das vendas para o RS. A razão principal desse índice é a Refap, que atende primariamente o próprio mercado do gaúcho. Dentre os maiores setores, outro que se destacou pela grande participação do RS nas suas vendas é o de “fabricação de aços e derivados”, que tem como principal função suprir a indústria metal-mecânica do RS, além da construção civil.

Na outra ponta, o setor que teve o menor percentual de vendas internas foi o de “outros equipamentos de transporte”, com 2% sendo vendidos para o RS, e 92%, para o resto do mundo. Esse setor é marcado pelo polo naval do Município de Rio Grande, onde a produção de plataformas de petróleo é exportada para o resto do mundo. Outro setor pouco dependente do mercado gaúcho foi o de “automóveis, caminhonetes, caminhões, ônibus e peças”, que vendeu, em 2008, 20% para o RS, 69% para o resto do Brasil e 11% para o resto do mundo. Esse é um resultado esperado, dadas as estratégias nacionais das montadoras de automóveis, que usam cada estado para fabricar um determinado modelo para vendê-lo no País inteiro. Outros setores representativos que se destacam com uma menor dependência do mercado gaúcho são “fabricação de resinas e elastômeros” (20%), “máquinas e equipamentos, inclusive manutenção e reparos” (27%) e “produtos do fumo”. Este último teve 40% de suas vendas direcionadas para o mercado gaúcho, e 43%, para o resto do mundo.

Origem dos insumos e destino das vendas da indústria de transformação do RS e subsetores selecionados — 2008

SETORES	INSUMOS			VENDAS		
	RS	Brasil	Mundo	RS	Brasil	Mundo
Indústria de transformação	59	24	17	49	37	13
Alimentos e bebidas	79	19	2	55	31	15
Produtos do fumo	80	16	4	40	17	43
Artefatos de couro e calçados	80	14	6	47	34	20
Refino de petróleo, álcool e produtos químicos	41	18	41	79	16	5
Fabricação de resina e elastômeros	86	9	6	20	63	17
Fabricação de aço e derivados	38	57	4	61	37	2
Máquinas e equipamentos, inclusive manutenção e reparos	52	31	17	27	53	20
Automóveis, caminhonetes, caminhões, ônibus e peças	54	30	15	20	69	11
Outros equipamentos de transporte	58	21	20	2	6	92

FONTE: FEE – Dados preliminares da Matriz de Insumo-Produto do Rio Grande do Sul – 2008.

Rodrigo de Sá
Economista, Pesquisador da FEE

A posição do Brasil nas cadeias globais de valor

Considerando a crescente interconectividade das economias e a importância que as cadeias globais de valor (CGVs) estão adquirindo no comércio internacional, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em parceria com a Organização Mundial do Comércio (OMC), desenvolveu um estudo inovador sobre o tema, divulgado em 2013, com dados até 2009. A partir de uma análise global de insumo-produto que descreve as interações entre indústrias e fornecedores de 58 economias (dentre as quais o Brasil) — e que representam 95% da produção global —, o estudo detecta o Valor Adicionado das diferentes etapas de produção das CGVs. O termo CGVs aplica-se para a dispersão das cadeias de valor pelo mundo, seja através da distribuição de estágios de produção de uma firma entre diversos países ou pela terceirização de parte da cadeia de valor para parceiros externos. Dada a crescente dispersão internacional das atividades produtivas entre países e a distribuição desigual do valor ao longo da cadeia de valor, o indicador mais adequado da competitividade de um país é sua participação nas exportações em termos de Valor Adicionado.

Nos países desenvolvidos como Japão, Estados Unidos e União Europeia, dado o tamanho de suas economias, uma maior parcela da cadeia de valor é produzida internamente. De forma semelhante, países grandes não membros da OCDE, como Brasil, China e Índia, tendem a incorporar maior Valor Adicionado doméstico do que países menores como Malásia e Singapura. O Brasil apresenta um dos índices mais elevados de Valor Adicionado doméstico em suas exportações (91%) e, portanto, baixa incorporação de Valor Adicionado estrangeiro nas mesmas. Tal fato é um indicador de abundância de insumos, mas, também, de economia protegida, fechada, que produz relativamente poucos bens exportados que demandam componentes vindos do exterior.

Um dos indicadores utilizado para medir a participação dos países em CGVs discrimina qual o percentual das exportações de um país que são parte das CGVs, tanto pelos vínculos a montante (para trás) — ao medir o Valor Adicionado estrangeiro embutido nas exportações do país — como a jusante (para frente) — ao medir o Valor Adicionado doméstico do país contido nas exportações de outros países. A soma de ambos fornece uma aproximação do que pode ser considerado um índice de participação nas CGVs. No caso brasileiro, o vínculo a montante é de apenas 9%, enquanto a maior participação nas CGVs ocorre a jusante, com 24% das exportações totais sendo utilizadas como bens intermediários nas exportações de outros países.

No Brasil, por exemplo, quando o Valor Adicionado é utilizado como medida das exportações, os Estados Unidos desloca a China como principal mercado de destino das exportações brasileiras, refletindo, em parte, o fato de que uma grande proporção das exportações totais brutas para a China é constituída por *commodities* básicas que são processadas naquele país e, posteriormente, reexportadas, inclusive para os Estados Unidos. Da mesma forma, a posição dos Estados Unidos como principal origem das importações brasileiras, em 2009, fica fortalecida, quando medida em termos de Valor Adicionado, refletindo o conteúdo doméstico relativamente elevado das exportações dos Estados Unidos em comparação com o de outros países.

Outro aspecto interessante ressaltado no relatório é que os países diferem na sua colocação na cadeia de valor, dependendo da sua especialização, e, portanto, o usufruto dos benefícios é diferenciado, uma vez que o tipo de especialização está relacionado com o maior ou menor grau de valor adicionado na cadeia. Por exemplo, ativos de conhecimento, tais como P&D, *design*, dentre outros, geram maior Valor Adicionado na cadeia do que montagem de produtos ou fornecimento de matérias-primas. Desse modo, a inserção de um país na cadeia de valor pode afetar o grau de benefícios obtidos pela participação nas CGVs.

O relatório da OCDE/OMC demonstra que a participação do Brasil nas CGVs ocorre, principalmente, nos fluxos a jusante, isto é, aproximadamente um quarto dos produtos brasileiros exportados são importados por outros países, transformados e reexportados. Esse elevado grau de participação para frente está relacionado, dentre outros fatores, à grande exportação brasileira de recursos naturais, tais como produtos agrícolas, mineração, químicos e metais básicos.

As estatísticas do comércio internacional em termos de Valor Adicionado proporcionam uma nova perspectiva do peso das economias, quando comparadas com a visão transmitida pelas estatísticas das exportações brutas. Dada a relevância econômica das CGVs, o desenho e a implementação das políticas econômicas e industriais do País deveriam levar em conta o Valor Adicionado. Nesse sentido, a comprovação de que a participação brasileira nas CGVs é, principalmente, através da exportação de insumos e matérias-primas, que, posteriormente, são processados e reexportados por outros países, leva a crer que a inserção do País nas cadeias de valor não é das mais favoráveis e deveria sofrer um processo de *upgrade*.

Beky Moron de Macadar
Economista, Pesquisadora da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 01.10.13).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.

 **Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti
Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer
Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

Conselho Editorial: André Luis Forti Scherer, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Maccari Lara, Renato Antônio Dal Maso, Míriam De Toni e Martinho Roberto Lazzari.

Núcleo de Dados: Rafael Bernardini Santos.

Editoração: Breno Camargo Serafini e Susana Kerschner (revisão) e Jadir Vieira Espinosa (diagramação).

Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee

www.fee.rs.gov.br